

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.^a REGIÃO

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público

Aplicação: 30/7/2006

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5.^a REGIÃO

1.^a ETAPA – PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém duzentos itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 200.
- 2** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3** Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta diferente do permitido.
- 4** Admitir-se-á consulta, exclusivamente, a textos legais sem comentários, notas, jurisprudências ou súmulas.
- 5** Não será permitido o empréstimo de qualquer material entre os candidatos, mesmo daqueles que já tenham terminado a prova.
- 6** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7** Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8** A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 9** Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 10** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 11** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (Datas Prováveis)

- I 1.º/8/2006**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trf5juiz2006.
- II 2 e 3/8/2006** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trf5juiz2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 15/8/2006** – Resultado final da prova objetiva e convocação para a 2.^a Etapa — provas subjetivas: Diário Oficial da União e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trf5juiz2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1/2006 – TRF5, de 30/3/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trf5juiz2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

ITEM	RESPOSTA																				
1	C E	21	C E	41	C E	61	C E	81	C E	101	C E	121	C E	141	C E	161	C E	181	C E		
2	C E	22	C E	42	C E	62	C E	82	C E	102	C E	122	C E	142	C E	162	C E	182	C E		
3	C E	23	C E	43	C E	63	C E	83	C E	103	C E	123	C E	143	C E	163	C E	183	C E		
4	C E	24	C E	44	C E	64	C E	84	C E	104	C E	124	C E	144	C E	164	C E	184	C E		
5	C E	25	C E	45	C E	65	C E	85	C E	105	C E	125	C E	145	C E	165	C E	185	C E		
6	C E	26	C E	46	C E	66	C E	86	C E	106	C E	126	C E	146	C E	166	C E	186	C E		
7	C E	27	C E	47	C E	67	C E	87	C E	107	C E	127	C E	147	C E	167	C E	187	C E		
8	C E	28	C E	48	C E	68	C E	88	C E	108	C E	128	C E	148	C E	168	C E	188	C E		
9	C E	29	C E	49	C E	69	C E	89	C E	109	C E	129	C E	149	C E	169	C E	189	C E		
10	C E	30	C E	50	C E	70	C E	90	C E	110	C E	130	C E	150	C E	170	C E	190	C E		
11	C E	31	C E	51	C E	71	C E	91	C E	111	C E	131	C E	151	C E	171	C E	191	C E		
12	C E	32	C E	52	C E	72	C E	92	C E	112	C E	132	C E	152	C E	172	C E	192	C E		
13	C E	33	C E	53	C E	73	C E	93	C E	113	C E	133	C E	153	C E	173	C E	193	C E		
14	C E	34	C E	54	C E	74	C E	94	C E	114	C E	134	C E	154	C E	174	C E	194	C E		
15	C E	35	C E	55	C E	75	C E	95	C E	115	C E	135	C E	155	C E	175	C E	195	C E		
16	C E	36	C E	56	C E	76	C E	96	C E	116	C E	136	C E	156	C E	176	C E	196	C E		
17	C E	37	C E	57	C E	77	C E	97	C E	117	C E	137	C E	157	C E	177	C E	197	C E		
18	C E	38	C E	58	C E	78	C E	98	C E	118	C E	138	C E	158	C E	178	C E	198	C E		
19	C E	39	C E	59	C E	79	C E	99	C E	119	C E	139	C E	159	C E	179	C E	199	C E		
20	C E	40	C E	60	C E	80	C E	100	C E	120	C E	140	C E	160	C E	180	C E	200	C E		

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 200 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use, caso deseje, o rascunho acima e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

PROVA OBJETIVA (P₁)

GRUPO I – DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO AMBIENTAL

Julgue os itens seguintes, com respeito à administração pública e à intervenção do Estado na economia.

- O monopólio é uma forma de intervenção do Estado na economia e está previsto expressamente, na Constituição Federal, para a hipótese de transporte de petróleo, de seus derivados e de gás natural, de origem nacional ou estrangeira, por meio de conduto.
- Segundo o plano diretor da reforma administrativa do Estado, o chamado terceiro setor é aquele em que a atuação do Estado ocorre de forma simultânea com entidades organizadas da sociedade civil, criando-se um espaço público, mas não estatal, cuja forma de administração é do tipo burocrática.
- As organizações sociais são entidades privadas, qualificadas como tais por meio de decreto do presidente da República, que passam a integrar a chamada administração indireta, visto que podem receber recursos públicos e servidores públicos cedidos da administração direta.

No que refere ao direito administrativo regulador, às parcerias público-privadas e às concessões de serviço público, julgue os itens que se seguem.

- O contrato de parceria pública e privada deve ser firmado entre o poder público e uma sociedade de propósito específico, a qual poderá adotar a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.
- O poder normativo das agências reguladoras encontra-se fundado em normas jurídicas lineares, as quais não revelam muito espaço interpretativo para a administração pública.
- A condenação transitada em julgado da concessionária por sonegação de tributos importa, obrigatoriamente, na caducidade do contrato de concessão.

Acerca da intervenção do Estado na propriedade e a respeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens subsequentes.

- Na desapropriação para fins de reforma agrária, os juros compensatórios são devidos à taxa de 12% ao ano, sobre a diferença apurada entre 80% do preço ofertado na petição inicial e o valor da indenização fixada ao final, a contar da imissão na posse.
- Conforme entendimento do STF, a imissão provisória na posse, em desapropriação por utilidade pública, exige o depósito prévio integral.

Julgue os próximos itens, considerando a responsabilidade civil do Estado e dos delegados do poder público.

- Considere que uma pessoa tenha morrido dentro de um ônibus de uma concessionária de serviço público municipal, em decorrência de incêndio causado por traficantes armados, após terem obrigado o motorista do veículo a parar, sob grave ameaça de morte. Nessa hipótese, há responsabilidade objetiva da concessionária, em face de as vítimas serem usuárias do serviço público.
- Só haverá responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito público, fundada no risco administrativo, conforme entendimento jurisprudencial, quando o agente causador do dano estiver no exercício do cargo público.

Com referência ao regime dos servidores públicos, julgue os itens seguintes.

- 11 Conforme entendimento do STF, o servidor público federal tem direito de retornar a cargo federal anterior, mesmo após o estágio probatório de novo cargo assumido.
- 12 No que se refere a licença para atividade política, apenas o servidor público detentor de cargo efetivo fará jus à remuneração do cargo, no período do registro da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição, não podendo essa licença exceder o prazo máximo de três meses.
- 13 Suponha que Pedro seja professor em uma universidade pública. Nesse caso, ele poderá acumular o seu cargo de professor com um cargo de analista judiciário, área meio, em tribunal regional federal.

Com relação a licitações, julgue os itens que se seguem.

- 14 No sistema de registro de preços, a administração efetiva a licitação por meio de concorrência, selecionando as propostas mais vantajosas em face da qualidade, do preço unitário, das condições de fornecimento e de pagamento de produtos ou serviços, permanecendo em aberto apenas o quantitativo. Formado o registro de preços, cujas propostas terão validade de até um ano, a administração poderá efetuar a contratação direta, sem nova licitação, com os fornecedores selecionados, quando, então, será determinado o quantitativo a ser adquirido.
- 15 São modalidades de licitação: a concorrência, a tomada de preço, o convite, o concurso, o leilão, o pregão e a consulta.

Relativamente aos bens públicos e aos contratos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 16 O contrato de concessão de serviço público, nos casos de descumprimento das normas contratuais pelo poder público, pode ser rescindido por iniciativa do concessionário, independentemente de decisão judicial, em face do princípio da separação de poderes.
- 17 De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os bens das concessionárias são públicos enquanto estiverem atrelados ao serviço público e, portanto, são, em qualquer hipótese, impenhoráveis.
- 18 A interrupção do fornecimento de serviço por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade, não caracteriza descontinuidade do serviço público concedido, autorizando-se, via de consequência, a sua interrupção, desde que feita após prévio aviso.

Julgue os itens que se seguem, acerca do controle dos atos administrativos e da improbidade administrativa, bem como dos precedentes do STF.

- 19 O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública na defesa de interesses individuais homogêneos, em matéria que diga respeito ao consumidor. Contudo, não se aceita tal legitimidade quando a matéria discutida for de ordem tributária.
- 20 O servidor público não pode sofrer a pena de perda do cargo público, em face de improbidade administrativa, em decorrência exclusiva de decisão administrativa proferida em sede de processo administrativo disciplinar.

No que tange aos princípios tributários e à competência para tributar, julgue os itens que se seguem.

- 21 Se um contribuinte industrial adquire insumos isentos de ICMS, ele pode creditar-se do ICMS presumido sobre tais insumos, por expressa determinação constitucional.
- 22 Comumente, os princípios tributários revelam a não-incidência de determinado tributo sobre certas pessoas ou situações, estabelecendo as chamadas limitações constitucionais ao poder de tributar. Entre essas limitações contidas na Constituição está a não-incidência do imposto de renda, nos termos e limites fixados em lei, sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios, a pessoa com idade superior a 65 anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho.
- 23 Consoante o princípio da uniformidade, é vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a estado, ao DF ou a município, em detrimento de outro. Todavia, entende o STF ser admissível a fixação de alíquotas do imposto sobre produtos industrializados (IPI), de forma diferenciada por regiões, uma vez que há previsão constitucional para a exceção.
- 24 Consoante o princípio da não-cumulatividade, o contribuinte pode compensar o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores; todavia, um contribuinte industrial domiciliado em Pernambuco não terá direito a creditar-se do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) caso tenha adquirido seus insumos fora do estado de seu domicílio.
- 25 Apesar de haver jurisprudência vacilante, se um contribuinte industrial adquire insumos tributados pela legislação do IPI com alíquota zero, ele não pode creditar-se do IPI presumido sobre tais insumos, pois a Constituição Federal exige lei específica para a criação de crédito presumido.

Apesar da proibição constitucional de vinculação da receita de imposto a órgão, fundo ou despesa, Geraldo Ataliba manteve sua classificação dos impostos em dois grupos: os vinculados e os não-vinculados. Para aquele jurista, as contribuições especiais corresponderiam aos impostos vinculados e os tributos denominados constitucionalmente de impostos seriam os impostos não-vinculados.

Relativamente ao fragmento de texto acima e a aspectos associados ao tema por ele abordado, julgue os itens a seguir.

- 26** Em conformidade com as disposições constitucionais aplicáveis, as contribuições sociais devem ter alíquotas *ad valorem*; já a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, de gás natural e seus derivados e de álcool combustível deve ter alíquota específica.
- 27** A partir do texto, é correto afirmar que, se determinadas regras constitucionais transitórias impõem a desvinculação da receita da União (DRU) de parcelas das contribuições sociais, essas parcelas passam a ser classificadas como impostos não-vinculados, ou seja, entram no conceito formal de imposto previsto na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional (CTN), dado que o único critério que distingue as contribuições sociais, exceto as previdenciárias, dos impostos é exatamente a vinculação à seguridade social.
- 28** As contribuições previdenciárias dos empregados e autônomos, diferentemente das demais contribuições sociais, distinguem-se dos impostos formais não apenas por terem vinculação de suas receitas à seguridade social, mas também por financiarem um sistema de seguro social para o qual se contribui com expectativa de benefício pessoal.
- 29** Consoante o CTN, a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes, para qualificá-la, tanto a denominação e demais características formais adotadas pela lei quanto a destinação legal do produto da sua arrecadação. Todavia, com o advento da Constituição de 1988, os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais assumiram o *status* de espécies tributárias. Algumas dessas exações, todavia, têm fato gerador idêntico ao dos impostos, o que torna inaplicável a citada regra do CTN.

Julgue os próximos itens de acordo com o CTN e à luz da Constituição Federal.

- 30** Considere que a empresa Alfa tenha sido incorporada pela empresa Beta, sendo que esta tornou-se responsável pelos tributos devidos por Alfa até a data da incorporação. Nessa situação, se, em lugar da incorporação, tivesse ocorrido a extinção da empresa Beta e se o espólio de um dos sócios desse continuidade à exploração da respectiva atividade, este não seria responsável pelos tributos da empresa extinta.
- 31** No Brasil, um tratado internacional em matéria tributária tem, em regra, o tratamento dedicado ao conceito de legislação tributária, à qual compõe. Assim, se o Estado brasileiro aprova um tratado internacional em matéria tributária, as disposições desse tratado têm o condão de revogar ou de modificar a legislação tributária interna. Todavia, se o tratado for aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, passa a equivaler a emenda constitucional.

- 32** Considere que um dos sócios de determinado supermercado, comercialmente caracterizado como sociedade em comum, decidiu subtrair produtos dos estoques, caracterizando, assim, a saída de produto do estabelecimento comercial. Nessa situação, o imposto devido sobre os produtos subtraídos será de responsabilidade pessoal daquele sócio que cometeu o delito.
- 33** Consoante jurisprudência pacificada, se, em determinada execução fiscal, a União não conseguiu localizar bens penhoráveis, o processo ficará suspenso por cinco anos, após o que será considerada ocorrida a prescrição quinquenal intercorrente.
- 34** Considere que determinado estado fixe, por meio de lei, prazo para a homologação do ICMS em 10 anos. Nessa situação, a lei fixada pelo estado não afronta o CTN.
- 35** Uma das formas de suspensão do crédito tributário não-prevista especificamente em lei, porém admitida pela jurisprudência, é a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em ação civil pública.

Um estado da federação criou, por meio de lei, uma unidade de conservação de proteção integral em determinada área rural, abrangendo inúmeros imóveis particulares. Nos imóveis atingidos, tanto áreas de preservação permanente, quanto áreas destinadas a reserva legal, bem como demais áreas, até então não submetidas a qualquer limitação de ordem ambiental, ficaram circunscritas ao perímetro da unidade de conservação criada.

Considerando a situação hipotética apresentada e as limitações à propriedade de cunho ambiental, julgue os itens a seguir.

- 36** As áreas de preservação permanente e as reservas legais contidas nos imóveis atingidos não são indenizáveis, pois já não eram passíveis de exploração comercial pelos seus proprietários.
- 37** A unidade de conservação criada, em regra, admite apenas o uso indireto dos recursos naturais, portanto, as propriedades atingidas devem ser desapropriadas mediante pagamento de justa compensação patrimonial pelos danos resultantes do esvaziamento econômico da propriedade.
- 38** A ação do poder público, no domínio da proteção ecológica, há de ser compreendida como um meio essencial à tutela de valores de transcendência social, destinados a favorecer, em última análise, os superiores interesses da própria coletividade.

O IBAMA, após a realização de prévio estudo de impacto ambiental, expediu uma autorização permitindo que um particular explorasse os recursos naturais de determinada área. Algum tempo depois, durante uma visita de um fiscal do IBAMA para verificação do cumprimento das condicionantes da autorização, foi descoberto que estava ocorrendo o comprometimento de uma área de mata atlântica localizada naquela área, que não era conhecida no momento da concessão da autorização.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes, relacionados a licenciamento ambiental.

- 39** A autorização emitida por órgão ambiental se reveste de caráter absoluto e imutável.
- 40** Identificada pelo IBAMA — órgão executor da Política Nacional do Meio Ambiente, a quem cabe exercer o poder de polícia ambiental — a ocorrência de lesão à parcela de mata atlântica, é possível a determinação de interrupção da atividade empreendida.

Em virtude da concessão de licença de operação a uma usina hidrelétrica, nas proximidades de um município, cujo grande apelo turístico era a existência de um lençol freático de águas quentes, foi constatado que o funcionamento da usina poderia vir a causar o resfriamento de seu lençol aquífero termal. Os técnicos do órgão licenciador estadual constataram ainda que o resfriamento do aquífero poderia trazer conseqüências não apenas ao município vizinho, mas também a outras cidades, localizadas em unidade da federação confrontante.

Considerando o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem.

- 41** Na hipótese aventada, na qual existe uma situação de incerteza quanto à real efetivação dos danos ambientais, o órgão licenciador competente não pode, por meio do seu poder de polícia, criar novas restrições ambientais, nem mesmo aludindo ao princípio da precaução.
- 42** A ausência da participação do IBAMA no procedimento de concessão de licença de operação enseja uma irregularidade, já que seria necessária a participação dessa autarquia federal como órgão de proteção ambiental competente, tendo em vista não somente que a potencialidade lesiva abrange diretamente mais de um estado federativo, mas também porque cabe ao IBAMA o exercício do poder de polícia quando as questões ambientais envolvam bens da União, como no caso em comento, haja vista que os recursos minerais do subsolo pertencem à União.

Uma empresa ferroviária insurgiu-se contra decisão de juiz federal que, nos autos de ação civil pública, deferiu liminar suspendendo a realização de obras não autorizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na estação ferroviária de uma cidade do interior de um estado da federação, cujo conjunto arquitetônico foi tombado pela referida autarquia federal.

Em contraminuta, o Ministério Público Federal expôs, com base em provas, que:

- I o alegado estado de abandono da estação não pode ser argüido pela empresa na tentativa de realizar as obras por ela pretendidas e que serão ofensivas ao patrimônio cultural, eis que, segundo o contrato de arrendamento firmado entre a empresa e a União, a responsabilidade pela manutenção da estação ferroviária compete à própria empresa arrendatária, consoante se verifica em cláusula do contrato firmado entre ambas;
- II o IPHAN só firmou convênio de colaboração mútua porque a empresa omitiu alguns dados importantes da intervenção arquitetônica que pretendia realizar na estação ferroviária objeto de tombamento, bem como alterou a verdade de outros, fazendo que a referida autarquia federal incidisse em erro;
- III far-se-á a demolição parcial de um bem integrante de um conjunto urbano tombado.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes.

- 43** O estado de abandono ou de ruína em que se encontra a estação ferroviária justifica, por si só, a desconsideração de sua qualidade de bem cultural objeto de proteção.
- 44** Se o empreendimento em questão visa à demolição apenas parcial de um bem integrante de um conjunto urbano tombado, não incide qualquer tipo de proteção ao patrimônio cultural, uma vez que só há previsão de afetação do bem cultural quando vier a ocorrer a integral demolição ou a total destruição da coisa tombada.

Acerca das normas constitucionais de proteção ao meio ambiente cultural, julgue os itens que se seguem.

- 45** As manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e dos demais grupos participantes do processo civilizatório nacional estão constitucionalmente previstas como objeto de proteção estatal.
- 46** Um sítio fossilífero pode ser tido como exemplo de patrimônio cultural brasileiro, de natureza material, por seu valor paleontológico e científico.
- 47** As formas de acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro são previstas pela Constituição Federal de forma taxativa.

Julgue os itens subseqüentes, acerca da principiologia do direito ambiental.

- 48** Os princípios de direito ambiental no Brasil recebem da doutrina tratamento bastante homogêneo, sob enfoques quantitativo, qualitativo e terminológico.
- 49** O princípio do poluidor pagador autoriza o ato poluidor mediante pagamento.
- 50** Quando a Constituição impõe o dever de preservação do meio ambiente para as futuras gerações, determina que o desenvolvimento social deva ocorrer de forma sustentável, de modo que as gerações presentes atendam às suas necessidades sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

– GRUPO II –
DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

No que diz respeito à teoria geral do direito constitucional e da hermenêutica constitucional, julgue os itens seguintes.

- 51** República e Federação são conceitos relacionados a forma de estado e forma de governo, respectivamente.
- 52** Denomina-se mutação constitucional a mudança constitucional sem mudança de texto.

Julgue os seguintes itens, relativos à Federação brasileira.

- 53** As terras devolutas, em regra, pertencem aos estados, sendo consideradas bens dominiais. No entanto, as áreas de proteção ambiental localizadas em terras devolutas são bens de uso especial e pertencem à União.
- 54** A repartição, entre estados, DF e municípios, do resultado da exploração dos recursos naturais da plataforma continental e dos recursos minerais é considerada receita originária pelo STF.

No que se refere ao Poder Executivo, julgue os itens subseqüentes.

- 55** Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
- 56** O fato de que o presidente da República, na vigência de seu mandato, não possa ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções revela hipótese de imunidade material.
- 57** O poder regulador de certas autarquias especiais, denominadas agências, insere-se no conceito regulamentar previsto na Constituição Federal como atribuição do presidente da República para fiel execução das leis.

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue os próximos itens.

- 58** É possível, conforme entendimento do STF, o aproveitamento da argüição de descumprimento a preceito fundamental, como ação direta de inconstitucionalidade, quando satisfeitos os requisitos dessa, na hipótese de aplicação do princípio da subsidiariedade.
- 59** O Conselho Nacional de Justiça é órgão administrativo, sem poder jurisdicional, ao qual compete exercer o controle interno administrativo, financeiro e disciplinar dos demais órgãos do Poder Judiciário, inclusive, do STF.
- 60** Não se aplica aos juizes federais o requisito constitucional de exercício de dois anos, na respectiva entrância, para fins de promoção por merecimento dos juizes de direito.
- 61** Conforme entendimento do STF, não resta configurada a carência de ação, quando a norma impugnada é publicada após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, visto que as condições da ação devem existir no momento da prolação da sentença.

No que se refere ao Poder Legislativo, julgue os seguintes itens.

- 62** O tribunal de contas, conforme entendimento do STF, não é órgão subordinado ao parlamento, nem suas contas podem ser analisadas diretamente por esta casa legislativa.
- 63** Conforme entendimento do STF, a medida provisória revogada por outra medida provisória impede a apreciação da primeira medida pelo parlamento, já que há perda do objeto.
- 64** Conforme entendimento do STF, as comissões parlamentares de inquérito criadas no âmbito do parlamento estadual podem decretar quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico, desde que o façam de forma fundamentada; mas não podem determinar a busca e apreensão de documentos, a interceptação telefônica, nem dar ordem de prisão, salvo em flagrante delito.

Em relação aos direitos e garantias individuais, julgue os itens que se seguem.

- 65** A garantia constitucional de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos revogou a legislação acerca da assistência judiciária gratuita, no que se refere à exigência de prova material daquela insuficiência.
- 66** Conforme entendimento do STF, não cabe *habeas corpus* caso esteja extinta a punibilidade, nem na hipótese de condenação a pena de prestação pecuniária.
- 67** Conforme entendimento do STF, não há como se configurar restrição a liberdade de locomoção física em decisão que apenas determina afastamento do paciente do cargo que ocupa em virtude de recebimento de denúncia.

Acerca da nacionalidade, dos direitos e dos partidos políticos, julgue os itens subseqüentes.

- 68** A cassação de mandato de parlamentar por falta de decoro é hipótese expressa de inelegibilidade prevista na Constituição Federal de 1988.
- 69** A ação de impugnação de mandato eletivo, que tramita sob sigredo de justiça, deve ser proposta, no prazo de 15 dias a contar da diplomação, instruída com prova de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- 70** Cabe ao Tribunal Superior do Trabalho a requisição de intervenção da União nos estados ou no DF, para assegurar a execução de decisões da justiça do trabalho.

Com relação à ordem econômica, julgue os itens a seguir.

- 71 Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impeça a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- 72 O resultado das lavras das jazidas de petróleo, o gás natural e outros hidrocarburetos fluidos não podem ser atribuídos a terceiros, nem a particulares, visto que são bens da União.
- 73 Os bens das sociedades de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividade econômica são necessariamente privados, independentemente de essa atividade ser exercida em regime de monopólio.

No que diz respeito aos direitos sociais e às atribuições do Ministério Público, julgue os próximos itens.

- 74 Conforme entendimento do STJ, o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública na hipótese de dano ao erário público.
- 75 Conforme recente entendimento do STF, o direito ao ensino fundamental e de creche às crianças de 0 a 6 anos de idade, a cargo dos municípios, é direito fundamental de segunda geração, mas que se revela sempre um poder discricionário do administrador em disponibilizar condições materiais para a sua concretização, de acordo com a chamada reserva do possível.

A respeito do controle judicial de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

- 76 No controle difuso de constitucionalidade, o Poder Judiciário, ao solucionar um litígio, incidentalmente, deve analisar a constitucionalidade da lei no caso concreto. Nesse tipo de controle, por via de exceção ou defesa, não se faz necessária a indicação do dispositivo constitucional violado pela norma considerada incompatível, porque toda e qualquer declaração de inconstitucionalidade possui causa de pedir aberta, que permite examinar a questão por fundamento diverso daquele alegado por qualquer dos litigantes.
- 77 No julgamento de embargos infringentes contra decisão proferida em recurso de apelação, o órgão fracionário de determinado tribunal de justiça, por voto da maioria absoluta, pode declarar, por via difusa, a inconstitucionalidade de uma norma, ainda que a constitucionalidade dessa norma não tenha sido objeto de anterior pronunciamento do STF ou de qualquer outro tribunal.
- 78 É cabível reclamação ao STF contra decisão de primeiro grau de jurisdição, para assegurar efeito vinculante das decisões proferidas tanto em ação declaratória de constitucionalidade (ADC), quanto em ação direta de inconstitucionalidade (ADIN).
- 79 Uma ADIN interventiva proposta pelo procurador-geral da República, que detém legitimidade exclusiva, possui finalidade jurídica e política, pois pretende a declaração de inconstitucionalidade formal ou material de lei ou ato normativo estadual, por violação a um dos princípios sensíveis constitucionais, e a decretação de intervenção federal em estado-membro ou no DF.

Com relação ao mandado de segurança e à ação popular, julgue os itens que se seguem.

- 80 Uma sentença concessiva de mandado de segurança na qual o valor controvertido não ultrapasse 60 salários mínimos não está sujeita ao reexame obrigatório.
- 81 Da decisão do presidente do tribunal que indefere pedido de suspensão de liminar em mandado de segurança ou de acórdão que dá provimento a agravo interposto contra a suspensão da segurança, cabe novo pedido de suspensão ao presidente do tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário, conforme contenha a causa, respectivamente, fundamento infraconstitucional ou constitucional.
- 82 Qualquer cidadão brasileiro tem legitimidade para propor ação popular de invalidação de atos ou contratos administrativos ilegais e lesivos ao patrimônio público. Para a comprovação da legitimidade, exige-se que o litígio seja ajuizado em comarca onde o autor possua domicílio eleitoral, ou seja, que o cidadão pertença à comunidade a que diga respeito o litígio.

Acerca das hipóteses em que o Ministério Público, segundo a legislação vigente, tem legitimidade para atuar como parte ou intervir no processo como fiscal da lei, julgue os itens subseqüentes.

- 83 Tendo em vista o interesse público evidenciado na ação rescisória, já que se discute a validade de decisão transitada em julgado, é necessária a intervenção do Ministério Público como *custus legis*, independentemente da matéria nela discutida ou das partes nela envolvidas.
- 84 Nas ações de responsabilidade civil por danos morais e materiais contra o poder público, a intervenção do Ministério Público é obrigatória, por restar evidenciado o interesse público na qualidade da parte e na defesa do patrimônio público e social.

A respeito dos recursos no processo civil, julgue os itens que se seguem.

- 85 É cabível recurso especial, pela forma retida, contra acórdão que julga improcedente agravo interposto contra uma decisão que concedeu antecipação de tutela em ação civil pública. Nesse caso, o requerente pode ajuizar ação cautelar perante o STJ, objetivando destrancar o recurso, com fundamento no *periculum in mora*, que se traduz na urgência da prestação, bem como no *fumus boni juris*, consistente na plausibilidade do direito alegado. Deferida a medida cautelar, o recurso especial tem imediato processamento, devendo ser submetido ao respectivo juízo de admissibilidade perante o juízo *a quo*.
- 86 Em recurso especial contra acórdão que nega ou concede antecipação de tutela em ação civil pública, a questão federal passível de exame é apenas a que diz respeito aos requisitos da relevância do direito e do risco de dano.

- 87** Para efeito de pré-questionamento nos recursos especial e extraordinário, exige-se que o tema controverso suscitado no recurso seja devidamente discutido no voto condutor ou no voto vencido.
- 88** Considere que, em uma sentença, tenha sido julgado procedente um pedido de indenização por perdas e danos. Considere, ainda, que o réu tenha manejado recurso de apelação contra a parte da sentença que fixou a taxa de juros. Nessa hipótese, a parte autora poderá interpor recurso adesivo, desde que haja subordinação temática em relação ao principal. Exige-se, portanto, a vinculação de mérito entre ambos os recursos, não podendo, entretanto, o recurso adesivo ampliar o tema recursal e requerer a discussão da sentença na parte não-recorrida, já transitada em julgado.
- 89** São cabíveis embargos infringentes contra acórdão proferido, por maioria de votos, que julgou improcedente uma ação rescisória. A discussão, todavia, deve limitar-se à conclusão da manifestação dissidente.

Pedro propôs, perante o juízo de seu domicílio, ação de conhecimento pelo rito ordinário contra determinada instituição bancária, para obter a revisão de cláusulas de contratos de mútuo, de instrumento particular de confissão de dívida e novação pactuados entre ambos. Posteriormente, no foro de eleição do contrato, a credora propôs ação de execução contra Pedro, lastreando-a no instrumento particular de confissão de dívida vinculado aos contratos cuja revisão foi requerida na outra ação. Devidamente garantido o juízo, Pedro opôs embargos do devedor à execução.

Diante dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 90** O contrato de confissão de dívida é título hábil para embasar a ação de execução, desde que acompanhado do contrato renegociado. Apenas com a análise detalhada do ajuste originário resta possível a verificação dos pressupostos exigidos para a formação de regular processo de execução, porquanto aquele pode carecer de exequibilidade, transferindo tal vício ao novo título, ou conter cláusulas tidas como nulas de pleno direito, hipóteses em relação às quais a legislação específica veda o emprego do instituto da novação.
- 91** A tramitação simultânea de ação revisional e de embargos à execução induz litispendência, tendo em vista a presença de elementos essenciais em comum, ou seja, as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. Reconhecendo-se a litispendência entre os embargos e a ação de revisão intentada pelo devedor, em que se discute a validade e a eficácia da confissão de dívida embasadora da execução, o processo deve ser extinto.
- 92** Considere que a ação revisional e a ação de execução superveniente a esta tenham sido propostas perante juízos diversos. Nesse caso, ainda que o devedor não interponha os embargos, por serem as ações conexas, os processos devem ser reunidos no juízo onde foi proposta a ação de execução, por ser este o foro de eleição prevalecente sobre os demais.

A respeito da ação civil pública, julgue os próximos itens.

- 93** A ação civil pública por danos ambientais pode ser proposta contra o responsável direto, o responsável indireto ou ambos. Por se tratar de responsabilidade solidária, os legitimados passivos podem ser acionados em litisconsórcio facultativo.
- 94** O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor, na defesa do patrimônio público, ação civil pública, admitindo-se, no âmbito dessa ação coletiva, a possibilidade de declaração incidental de inconstitucionalidade de lei, desde que a controvérsia constitucional figure como causa de pedir, fundamento ou questão indispensável à resolução do litígio principal, em torno da tutela do interesse público.
- 95** A defensoria pública, órgão público essencial ao exercício da função jurisdicional, tem legitimidade para propor ação civil em nome próprio, defendendo interesses metaindividuais e individuais homogêneos, para a proteção dos direitos constitucionais.

A respeito da execução fiscal, segundo a jurisprudência do STJ, julgue os itens que se seguem.

- 96** Em execução fiscal, havendo nulidade ou equívoco na penhora, essa deve ser considerada inexistente e, não sendo localizados bens penhoráveis, deve-se suspender o processo por um ano. Ao final do período de suspensão, inicia-se o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.
- 97** Na execução fiscal, os trinta dias para oposição dos embargos do devedor são contados a partir da intimação pessoal do representante legal da empresa devedora, com expressa advertência quanto ao prazo, e não da juntada aos autos do respectivo mandado.

Acerca do litisconsórcio e da intervenção de terceiros, julgue os itens a seguir.

- 98** No caso de litisconsórcio necessário, simples ou unitário, todos os litisconsortes devem ser citados para a ação. Assim, se alguns dos litisconsortes necessários não forem chamados a participar do processo, eventual sentença proferida no processo será ineficaz para todos, inclusive para aqueles que integraram a relação jurídica.
- 99** Pela denunciação da lide, verifica-se a ampliação do objeto do processo, pois nova demanda, de natureza condenatória, entre denunciante e denunciado é admitida na relação processual em curso. Com a nova demanda e o superveniente vínculo jurídico formado entre o denunciado e o autor originário, surge uma obrigação de um em favor do outro, o que autoriza o juiz, ao julgar procedente a ação, a condenar o denunciado em face do autor.
- 100** No litisconsórcio simples, os litisconsortes são considerados litigantes distintos em suas relações com a parte adversa. Dessa forma, os atos e as omissões de um não prejudicam nem beneficiam os outros, uma vez que o desfecho da ação não é necessariamente uniforme para todos.

– GRUPO III –
DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Julgue os itens seguintes, com relação ao direito penal, considerando o entendimento do STJ e do STF.

101 Considere que um delinqüente sem periculosidade seja condenado por tráfico de entorpecentes. Nesse caso, não será possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, pelo fato de tratar-se de crime hediondo, de acordo com a jurisprudência mais atual do STJ e do STF.

102 O STJ admite a redução da pena-base abaixo do mínimo legal, em razão da incidência de atenuante relativa à menoridade.

103 A teoria psicológica da culpabilidade retira o dolo da culpabilidade e o coloca no tipo penal.

104 No uso de documento falso como crime-meio para embasar o estelionato, este último não absorve aquele, existindo concurso material de infrações.

105 Nos crimes contra a ordem tributária, conforme entendimento do STJ, o parcelamento de débito tributário antecedente à denúncia extingue a punibilidade, ainda que não haja o pagamento integral do débito.

106 O agente que, estando em situação de legítima defesa, causar ofensa a terceiro, por erro na execução, responderá pela indenização do dano, se for provada a sua culpa no juízo cível.

107 O STF, diante da falta de previsão legal, tem repellido o instituto da prescrição antecipada ou em perspectiva, consistente no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do Estado, com fundamento na pena presumida, antes mesmo do término da ação penal, na hipótese em que o exercício do *jus puniendi* se revela, de antemão, inviável.

108 Relativamente ao delito de rixa, previsto no Código Penal brasileiro, a doutrina e a jurisprudência dominantes entendem não haver rixa quando a posição dos contendores é definida.

109 Se o sujeito, após ferir culposamente a vítima, sem risco pessoal, não lhe presta assistência, vindo ela a falecer, responde por dois crimes: homicídio culposo e omissão de socorro.

110 A tipicidade formal, que faz parte do conceito de tipicidade, consiste em averiguar se uma conduta formalmente típica causou ofensa intolerável ao objeto jurídico penalmente protegido.

111 O STF declarou, em sede de controle difuso, inconstitucional o óbice contido na Lei dos Crimes Hediondos que veda a possibilidade de progressão do regime prisional aos condenados pela prática dos delitos nela elencados.

112 Considere que um indivíduo seja acusado de praticar crime contra o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Nesse caso, poderá ser decretada a prisão preventiva desse indivíduo em razão da magnitude da lesão causada, se, havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, restar demonstrado que a liberdade do acusado poderá comprometer a segurança do SFN.

113 Os atos praticados por consórcios em prejuízo do patrimônio de particulares se caracterizam como crime contra o SFN, mesmo não ocorrendo lesão a serviços, bens ou interesses da União ou de entidades federais.

114 Considere a seguinte situação hipotética.

Antônio, querendo a morte de José, instigou Carlos a matá-lo. Carlos, que já havia cogitado do fato, ficou dominado por ódio mortal por tudo que Antônio disse de José. Carlos, então, dirigiu-se à casa de José e lá resolveu levar a cabo sua intenção criminosa, matando-o.

Nessa situação, ambos responderão por homicídio em co-autoria.

115 A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.

116 Configura-se o crime de falso testemunho quando a pessoa, depondo como testemunha compromissada, deixa de revelar fatos que possam incriminá-la.

117 A conduta de dispensar licitação fora das hipóteses previstas em lei é punível, ainda que não produza resultado danoso para o órgão público.

118 Ocorre a chamada culpa consciente quando o agente, embora tendo agido com dolo, nos casos de erro vencível, nas discriminantes putativas, responde por um crime culposos.

Julgue os itens subseqüentes, relativamente ao processo penal, considerando a jurisprudência do STJ e do STF.

- 119** Na hipótese de comprovação da fuga do réu condenado em primeiro grau, após a interposição do recurso de apelação, será declarada deserta a apelação.
- 120** O processo penal brasileiro se pauta pelo princípio do livre convencimento motivado, podendo o magistrado fazer livre apreciação da prova, desde que apresente de forma clara as suas razões de decidir.
- 121** O aumento da pena pela continuidade delitiva se faz, basicamente, quanto ao crime continuado, por força do número de infrações praticadas.
- 122** Na hipótese de restar configurada a prática de delito em detrimento de bem de empresa pública federal, compete à justiça federal o processo e julgamento da respectiva ação penal.
- 123** Compete ao STF dirimir conflito de atribuições entre membro do Ministério Público Federal e membro de Ministério Público Estadual.
- 124** Em regra, o processo e o julgamento dos crimes ambientais é de competência da justiça federal.
- 125** A união de processos em razão da conexão tem, entre outras, a finalidade de otimizar a apreciação da prova pelo juiz, evitando-se, por conseguinte, decisões conflitantes.
- 126** Eventuais nulidades ocorridas no curso do inquérito policial contaminam a subseqüente ação penal.
- 127** Compete ao STF conhecer *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefira a liminar.
- 128** Considere a seguinte situação hipotética.
Márcio foi preso em flagrante pela prática do crime de roubo, majorado pelo emprego de arma de fogo e concurso de pessoas. Márcio permaneceu custodiado durante toda a instrução criminal, pois, além de ele ter maus antecedentes, estavam presentes os requisitos autorizadores da custódia preventiva. Após sua condenação, requereu o benefício de apelar em liberdade, fundamentando o seu pedido na garantia constitucional de presunção de inocência.
Nessa situação, Márcio faz jus ao benefício de apelar da sentença condenatória em liberdade.
- 129** O STJ tem-se manifestado favoravelmente quanto à possibilidade da aplicação da Lei dos Juizados Criminais Federais ao delito de uso de entorpecentes.
- 130** Nos crimes de co-autoria, é dispensável a descrição minuciosa e individualizada da conduta de cada acusado, bastando, para tanto, que a denúncia narre a conduta delituosa de forma a possibilitar o exercício da ampla defesa.
- 131** Na hipótese de transitar em julgado uma sentença eivada de nulidade absoluta, por incompetência de juízo, é cabível *habeas corpus* por se tratar de matéria de ordem pública.

- 132** Quando ocorrido o crime de tráfico internacional de entorpecente em local que não seja sede de vara da justiça federal, excepcionalmente, será competente para processar e julgar o feito o juízo estadual, de acordo com a Lei de Tóxicos e a Constituição da República.
- 133** Os recursos especial e extraordinário, se interpostos e admitidos, não possuem efeito suspensivo capaz de impedir o regular curso da execução da decisão condenatória.
- 134** Conforme a jurisprudência dos tribunais superiores, não cabe *habeas corpus* contra decisão deferitória de quebra de sigilos bancário e fiscal, em sede de investigação criminal.
- 135** Quando o juiz, por ocasião da pronúncia, se convencer, pela prova colhida no processo, da existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena, deverá impronunciar o réu.
- 136** Considere que um indivíduo seja acusado, perante o tribunal do júri, da prática de dois crimes conexos entre si: homicídio e furto qualificado, e que, na fase própria, o juiz pronuncie o acusado pelo homicídio e pelo furto qualificado. Nessa situação, se os jurados condenarem o indivíduo pelo homicídio, continuarão, ainda assim, competentes para emitirem juízo de mérito acerca do furto.
- 137** Na hipótese de prática de crime hediondo, se o Ministério Público não recorrer da sentença na parte em que condicionar a prisão do réu ao trânsito em julgado da condenação, restará, em favor do condenado, o direito de ficar em liberdade até o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- 138** Considere que o Ministério Público impute ao acusado homicídio qualificado por motivo fútil, descrevendo os fatos na denúncia, mas, no momento de pedir a pronúncia, peça apenas pelo homicídio simples, esquecendo de mencionar a qualificadora. Nesse caso, por se tratar de errônea classificação do crime, o juiz não poderá, sem que haja aditamento da denúncia, pronunciar o réu por homicídio qualificado.
- 139** Relativamente aos crimes de competência do tribunal do júri, o eventual descumprimento de regra atinente ao sorteio dos jurados tem, como resultado certo, tornar inidôneos todos os atos consequentes.
- 140** Na hipótese de processo em que exista o envolvimento de prefeito municipal em possível crime de malversação de verbas federais, oriundas de convênios firmados com entes federais e sujeitas à fiscalização de órgãos federais e à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, sobressai a competência da justiça comum para o processo e julgamento do feito.

– GRUPO IV –
DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL

Sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro acerca de contratos, julgue os itens que se seguem.

- 141** Ante a impossibilidade de cumprimento obrigacional por causa de onerosidade excessiva, é lícito à parte prejudicada requerer judicialmente a revisão do contrato, podendo a outra parte opor-se a esse pedido, pleiteando a resolução do contrato sem pagamento de qualquer indenização.
- 142** A estipulação em favor de terceiro vincula pessoa que não foi parte no momento da formação do contrato, mas apenas em seu benefício. Assim, este terceiro pode adquirir vantagens, mas não, obrigações, tendo direito de exigir o adimplemento da obrigação, nos termos do contrato, se a ele anuir e se o estipulante não o inovar.
- 143** Nos contratos paritários e de adesão, as partes podem estipular regras próprias de interpretação, pois as regras previstas na teoria geral dos contratos são de natureza supletiva, podendo ser afastadas por convenção.
- 144** Por serem as relações jurídicas de consumo regidas pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), não é possível, em face do princípio da especialidade, a aplicação simultânea do Código Civil a essas relações. Ademais, os dois sistemas são excludentes, o que impede que qualquer dos contratantes, na interpretação do contrato, escolha a legislação que mais lhe beneficie.
- 145** Ao interpretar subjetivamente uma cláusula contratual, é permitido ao juiz atribuir-lhe um significado não partilhado por nenhuma das partes, sob o argumento de aquele significado ser mais desejável do ponto de vista do interesse geral. Portanto, da interpretação judicial pode resultar a modificação da intenção real das partes, visando resguardar o princípio da conservação do contrato.

Julgue os itens subseqüentes, de acordo com as disposições do CDC.

- 146** Quando forem fornecidos produtos potencialmente perigosos ao consumo, havendo dano, incide cumulativamente a responsabilidade pelo fato do produto e pelo vício ou impropriedade do produto, além das sanções administrativas e penais.
- 147** É a aquisição ou utilização de produtos ou serviços para satisfação de suas necessidades pessoais, sem interesse em repassá-los a terceiros nem empregá-los na geração de outros bens ou serviços, que qualifica uma pessoa jurídica como consumidora.

A respeito dos negócios jurídicos, julgue os itens a seguir.

- 148** O instituto da conversão traduz o princípio da conservação dos atos negociais e acarreta nova qualificação do negócio jurídico, desde que não haja vedação legal. Entretanto, para que ocorra a conversão de um negócio jurídico nulo em outro de natureza diversa, faz-se necessário que o negócio reputado nulo contenha os requisitos do outro negócio e que a vontade manifestada pelas partes faça supor que, mesmo que tivessem ciência da nulidade do negócio realizado, estas teriam querido celebrar o negócio convertido.
- 149** Configura-se estado de perigo quando uma pessoa, por inexperiência ou sob premente necessidade, obriga-se a prestação desproporcional entre as prestações, gerando um lucro exagerado ao outro contratante. Nessa situação, é lícito que essa pessoa demande a nulidade do negócio jurídico, dispensando-se a verificação de dolo ou má-fé da parte adversa.
- 150** O negócio jurídico concluído pelo representante legal em conflito com interesses do representado é anulável se o representante tiver celebrado o negócio com terceiro que tenha, ou devesse ter, conhecimento de tal conflito, o que caracterizaria a sua má-fé.

Acerca do instituto da prescrição, julgue os itens que se seguem.

- 151** A citação válida em processo extinto, sem julgamento de mérito, interrompe a prescrição, com exceção das causas de inação do autor. Assim, se o processo for extinto sem julgamento de mérito, por perempção, a citação válida não possui o condão de interromper a prescrição.
- 152** Ocorrendo a prescrição de uma obrigação solidária passiva, a renúncia feita por um dos devedores restabelece a obrigação dos demais coobrigados não-renunciantes.

A respeito do direito das coisas, julgue os seguintes itens.

- 153** Na ação de usucapião, a sentença não é requisito formal à aquisição da propriedade pela prescrição aquisitiva. Tendo feição meramente declaratória, a sentença serve para formalizar a existência do direito do possuidor e serve, principalmente, como título para ser levado à transcrição no registro imobiliário.
- 154** A preferência de pagamento das hipotecas entre vários credores hipotecários se dá pela ordem de vencimento do título constitutivo, ou seja, paga-se integralmente ao credor hipotecário cujo título vença primeiro. Após satisfeito o primeiro credor, paga-se ao segundo, e, posteriormente, ao terceiro, conforme a ordem cronológica do vencimento do título.
- 155** Considere que Maria seja legítima possuidora e detentora do direito real de habitação do imóvel destinado à residência de sua família. Considere, ainda, que tal imóvel foi alienado a terceiro e que foi concedido a Maria seu usufruto vitalício. Nessa situação, se Maria renunciar ou alienar a terceiros o direito real de usufruto de que dispõe sobre o bem, perderá o direito de habitação, por ser o usufruto direito mais abrangente e superior, alcançando o direito de habitação, exceto se este estiver devidamente registrado no cartório de registro de imóveis.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética a respeito do direito societário, seguida de uma assertiva a ser julgada.

156 Determinada sociedade empresária foi estabelecida por prazo determinado. Nessa situação, findo o período estipulado, será vedado o arquivamento, na junta comercial competente, de instrumento de prorrogação do prazo de atividade da mencionada sociedade empresária.

157 Dênis possui cerca de 10% das ações de Lunax Utilidades para o Lar S.A. Visando se aperfeiçoar profissionalmente, concluiu curso de pós-graduação *stricto sensu* na Bélgica, seu país de origem. Atualmente, Dênis reside em São Paulo. Nesse caso, pode-se concluir que Dênis possui os requisitos legais necessários para compor o conselho fiscal de Lunax Utilidades para o Lar S.A.

158 Três irmãos são sócios de determinada sociedade em nome coletivo. Lana, administradora, contraiu consideráveis dívidas em nome da sociedade, sem o consentimento dos demais irmãos sócios. Nessa situação, sendo a responsabilidade de Lana solidária e ilimitada, ela pode responder pelas referidas dívidas com suas quotas, mesmo antes de executados os bens da sociedade.

159 Os sócios de determinada sociedade em nome coletivo, visando limitar suas responsabilidades, deliberaram para que essa sociedade passe a ser uma sociedade limitada. Nessa situação, os sócios devem promover a regular dissolução e liquidação da sociedade em nome coletivo e, posteriormente, observar a forma de constituição e inscrição da sociedade limitada.

160 José é sócio administrador da Tapeçaria NC Ltda. Nessa situação, a relação jurídica travada entre ele e a Tapeçaria NC Ltda. possui natureza jurídica de mandato, agindo José em nome da sociedade por ter sido constituído seu representante.

161 Ivo Silveira, André Vasconcelos e Pedro Valadares decidiram constituir sociedade de advogados na cidade de Porto Alegre. Atribuíram à sociedade o nome Silveira, Vasconcelos & Valadares Advogados Associados. Nessa situação, para que possa funcionar regularmente, a referida sociedade deve obter inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil e ser registrada na junta comercial do estado do Rio Grande do Sul.

Em relação à disciplina dos contratos empresariais e bancários, julgue os itens seguintes.

162 No contrato de desconto bancário, o descontário contrai um mútuo bancário e oferece em penhor os créditos por ele titularizados, conferindo à instituição bancária a qualidade de credora pignoratícia.

163 Considere a seguinte situação hipotética.

Com o objetivo de garantir o cumprimento de contrato de financiamento de uma motocicleta, Severino firmou contrato de alienação fiduciária em garantia, ficando assentado que efetuará o pagamento do valor devido em 36 parcelas iguais e sucessivas. Severino tornou-se inadimplente, atrasando a décima parcela. O credor fiduciário ajuizou, então, ação de busca e apreensão, que logo foi convertida em ação de depósito, por não ter sido encontrado o bem móvel em poder de Severino.

Nessa situação, de acordo com entendimento jurisprudencial do STJ, é inviável a decretação da requerida prisão de Severino pelo juízo competente, porquanto as hipóteses de depósito atípico não estão inseridas na exceção constitucional restritiva de liberdade.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética a respeito do direito cambiário, seguida de uma assertiva a ser julgada.

164 Timóteo, produtor rural, carecendo de recursos para fomentar sua produção de arroz, requereu empréstimo a um órgão integrante do Sistema Nacional de Crédito Rural. Satisfeitos todos os requisitos legais necessários, é correto afirmar que Timóteo firmou nota de crédito rural, já que não foi exigida qualquer garantia real do empréstimo concedido.

165 Lia adquiriu um quadro de Ana, artista plástica, e pagou com um cheque. Ana devia a Cláudia exatamente a quantia discriminada no cheque recebido de Lia, razão pela qual pagou sua dívida com o mencionado título. Cláudia, sócia de uma empresa de pequeno porte, repassou a cártula de cheque a uma empresa de *factoring*. Nessa situação, a característica dos títulos de crédito que disciplina que a relação jurídica travada entre Lia e Ana não guarda relação com a constituída entre Ana e Cláudia é a abstração.

Quanto à liquidação extrajudicial das instituições financeiras, julgue o item abaixo.

166 O ato de decretação da liquidação extrajudicial de determinada instituição financeira impede que seus credores exijam os juros anteriormente ajustados, enquanto o passivo não for pago integralmente.

Acerca da disciplina da recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária, julgue os próximos itens.

167 Considere que Joaquim tenha sido nomeado administrador judicial em determinado processo falimentar. Nesse caso, sob a fiscalização do juízo competente e do comitê de credores, Joaquim está incumbido de receber e abrir a correspondência dirigida ao devedor falido, entregando a ele somente o que não for assunto de interesse da massa.

168 Considere que Juraci, Luís e Manoel tenham constituído sociedade em conta de participação, sendo o primeiro sócio ostensivo e os demais, ocultos. Nessa situação, se a sociedade estiver inadimplente, os credores podem cobrar os valores devidos diretamente de Juraci, pois sua responsabilidade é pessoal e exclusiva, mas à sociedade é defeso formular pedido de recuperação judicial.

O item abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz da disciplina jurídica da concorrência empresarial.

169 Platon Indústria Farmacêutica Ltda. foi condenada pela prática de infração à ordem econômica e sujeitou-se à pena de multa de 2 milhões de reais. Omar, sócio administrador da Platon Indústria Farmacêutica Ltda., foi indiretamente responsável pela infração cometida pela pessoa jurídica. Nessa situação, Osmar pode ser condenado pessoalmente a pagar multa de cerca de 1 milhão de reais, correspondente à metade da que foi aplicada à sociedade administrada.

Com relação ao direito marítimo, julgue o seguinte item.

170 Suponha que determinado navio brasileiro foi abalroado por navio estrangeiro em alto-mar. Ao procurar porto visando consertar os danos sofridos, o navio brasileiro naufragou. Nessa situação, o referido naufrágio não pode ser imputado à abalroação causada pelo navio estrangeiro, devendo ser constituído perito para lavrar laudo técnico capaz de esclarecer as causas do evento danoso.

– GRUPO V – DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

A Emenda Constitucional n.º 45, de 8 de dezembro de 2004, acrescentou às competências dos juízes federais o processo e o julgamento das causas relativas a grave violação dos direitos humanos, após o deferimento do pedido em incidente de deslocamento de competência suscitado pelo procurador-geral da República perante o STJ, para assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

Acerca do alcance e do impacto das obrigações dos Estados-partes nesses tratados, julgue os itens subseqüentes, à luz da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

171 A parte da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos que determinar indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo, pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado, sem excluir a obrigação de promover a responsabilização interna dos agentes causadores da violação dos direitos e liberdades protegidos pela Convenção.

172 Um Estado-parte na Convenção Americana sobre Direitos Humanos assume a obrigação geral de respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e de garantir seu livre e pleno exercício apenas aos seus nacionais sujeitos à sua jurisdição.

173 Um Estado-parte na Convenção Americana sobre Direitos Humanos pode ser responsabilizado internacionalmente pelo descumprimento de obrigações específicas relacionadas com cada um dos direitos e liberdades nela previstos, ainda que esse Estado invoque dispositivo de lei interna ou norma constitucional para tentar justificar o inadimplemento do tratado, pois, ao ratificar a Convenção, assumiu a obrigação de adotar as medidas legislativas ou de outra natureza que fossem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades.

174 Um Estado-parte na Convenção Americana sobre Direitos Humanos pode ser responsabilizado internacionalmente quando o Poder Judiciário nacional não assegura a aplicação de um recurso simples e efetivo ou incorre em um retardo injustificado em casos de violação de direitos fundamentais reconhecidos pela sua Constituição, por lei ou pela própria Convenção.

175 As obrigações decorrentes da ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos são de *jus cogens*, razão pela qual um Estado-parte somente estará obrigado a cumpri-las se houver reciprocidade em relação aos demais Estados pactuantes.

Julgue os itens seguintes quanto aos tratados internacionais e ao respectivo processo de elaboração, vigência e efeitos em relação a terceiros.

- 176** Os efeitos do tratado celebrado entre dois Estados fronteiriços, que modifica o curso da linha limítrofe que os separa, não repercutem sobre os demais Estados, por tratar-se de uma nova situação jurídica de interesse apenas desses dois Estados fronteiriços.
- 177** Antes do início da negociação de qualquer tratado bilateral, o ministro das Relações Exteriores do Brasil deve apresentar carta de plenos poderes, perante o governo co-pactuante, para habilitá-lo a participar dessa fase e, posteriormente, a assinar o tratado em caráter definitivo.
- 178** Para que uma convenção sobre direitos humanos seja equivalente às emendas constitucionais, é necessário que seja aprovada, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- 179** No Brasil, a vigência interna de um tratado não coincide, necessariamente, com a sua entrada em vigor no plano do direito internacional.
- 180** Durante uma negociação multilateral, se determinado Estado aceitar, expressamente e por escrito, o encargo de depositário, mas acabar por não ratificar o tratado em questão, mesmo assim, esse Estado permanecerá vinculado à obrigação contraída, na condição de terceiro.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética acerca do reconhecimento e da sucessão de Estados, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 181** O Estado X, situado no continente americano, tornou-se independente em 2000. Em 2003, o Estado Y, também situado no continente americano, declarou o reconhecimento do Estado X. Nessa situação, somente a partir do referido reconhecimento os atos emanados pelo Estado X serão aceitos como válidos pelos tribunais do Estado Y.
- 182** Um Estado tornou-se independente recentemente. Nessa situação, para que esse Estado seja digno de reconhecimento pelos demais Estados da sociedade internacional, é necessário que ele possua população, território, governo e soberania, além de ter seu pedido de reconhecimento aceito pelos demais Estados até cinco anos a contar da data de sua independência.
- 183** Em 1970, o Estado A tornou-se independente, recebendo, em 1972, o reconhecimento do Estado B. Em 1980, esses dois estados romperam relações diplomáticas por defenderem interesses comerciais divergentes. Nessa situação, o Estado B, segundo o direito internacional, pode revogar o reconhecimento anteriormente declarado.

184 Um Estado é recém-independente. Nessa situação, dois outros Estados podem, segundo o direito internacional, celebrar um tratado internacional para exprimir o reconhecimento conjunto do Estado recém-independente.

185 O Estado J perdeu, por secessão, parte de seu território, surgindo um novo Estado, K. Nessa situação, o Estado K não sucede o Estado J nos acordos bilaterais firmados por este e deve enviar uma notificação de sucessão para aderir aos tratados coletivos, observados, neste último caso, os limites impostos para o ingresso de novos Estados-partes.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética acerca de direito previdenciário, seguida de uma assertiva a ser julgada.

186 Joaquim, segurado da previdência social, mantinha união estável, sem filhos, com Maria. Após 12 anos de convívio nesse regime, Joaquim separou-se de Maria, passando a viver com Elisa, a qual registrou na previdência social como sua dependente. Decorridos 6 meses morando com Elisa, Joaquim faleceu. Nessa situação, com base na legislação previdenciária de regência, Maria e Elisa serão consideradas dependentes de Joaquim, tendo direito, cada uma, a 50% do valor da respectiva pensão por morte deixada pelo *de cuius*.

187 Marcelo trabalha para a pessoa jurídica Alfa, exercendo o cargo de auxiliar administrativo. Em 10/2/2006, Marcelo teve seu contrato individual de trabalho com a empresa Alfa rescindido. Nessa situação, por sua condição de segurado obrigatório da previdência social, Marcelo terá direito ao benefício previdenciário denominado seguro desemprego.

188 Henry, de nacionalidade francesa, presta serviços no Brasil à embaixada da França. Em virtude da natureza de sua atividade, Henry fixou residência em Brasília – DF. Nessa situação, Henry é segurado obrigatório da previdência social.

189 Pedro, pela prática de crime de homicídio doloso, foi condenado a 7 anos de reclusão, em regime fechado. Nessa situação, durante o período de cumprimento da pena, Pedro não poderá filiar-se ao regime geral de previdência social.

190 Antônio já trabalhou para diversas pessoas jurídicas e, apesar de ter ficado alguns períodos sem contribuir para a previdência social, nunca perdeu sua qualidade de segurado. Atualmente, após ter pago 140 contribuições mensais para o custeio da previdência social, Antônio foi despedido de seu último emprego, sem justa causa. Nessa situação, com base na legislação previdenciária vigente, Antônio manterá sua qualidade de segurado pelo prazo de 24 meses, a partir de seu despedimento, independentemente do pagamento de contribuição para a previdência social.

- 191** Aloísio, segurado obrigatório da previdência social, faleceu em Brasília, em 14/5/2006. Ana, alegando ser esposa de Aloísio, requereu perante o INSS do local do falecimento a concessão do benefício previdenciário denominado pensão por morte. Ana afirmou que não pôde juntar ao requerimento a certidão de casamento, comprobatória de sua condição de viúva de Aloísio, por tê-la perdido e em virtude de o registro público ter sido efetivado no cartório de registro civil de pessoas naturais do município de Rio Branco – AC, local do casamento, o que dificultaria sobremaneira a obtenção de uma segunda via. Nessa situação, Ana poderá requerer a realização de audiência de justificação administrativa para produzir prova de sua condição de dependente do *de cujus*.
- 192** Marco Aurélio foi contratado por determinada pessoa jurídica, em 22/8/2004, para o cargo de auxiliar administrativo. Em 7/7/2006, Marco Aurélio teve seu contrato individual de trabalho rescindido. Durante o período em que trabalhou para a referida pessoa jurídica, Marco Aurélio nunca gozou férias. Nessa situação, Marco Aurélio terá direito ao pagamento de férias indenizadas, no ato de sua rescisão, o qual não integrará o valor de seu salário-de-contribuição.
- 193** José tem 63 anos de idade e exerceu atividade rural, de forma descontínua, na condição de empregado. Acreditando ter direito ao benefício previdenciário denominado aposentadoria por idade, José o requereu no INSS. Para a comprovação do tempo de carência, José apresentou a Carteira de Trabalho e Previdência Social, que continha anotações que demonstravam o exercício de atividade rural de janeiro de 1992 até abril de 1998; a declaração expedida pelo sindicato dos produtores rurais da região, homologada pelo INSS, que demonstrava o exercício de atividade rural de julho de 1998 até agosto de 2003; e declaração expedida pelo antigo empregador de José, extraída de seu livro de registro de pessoal, acessível ao INSS, que comprovava o exercício de atividade rural de novembro de 2003 a junho de 2006. Nessa situação, com base nos dados informados, é correto concluir que José tem direito à aposentadoria por idade.
- 194** Mariana exerce cargo exclusivamente em comissão, em determinado órgão da União. Nessa situação, Mariana poderá filiar-se ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos dessa entidade da federação.
- 195** Rogério foi contratado por determinada pessoa jurídica, em 10/4/2005 e, por sua condição de empregado, aderiu a plano de previdência complementar, instituído por entidade fechada de previdência privada. Rogério foi demitido em 23/5/2006. Nessa situação, Rogério terá direito a benefício proporcional diferido, mesmo que não tenha direito ao benefício pleno, em razão de ainda não ter implementado todos os requisitos para a sua aquisição.
- 196** Henrique tem 68 anos de idade e trabalha para a pessoa jurídica Delta, desde janeiro de 1968. Verificando ter implementado todas as condições necessárias, Henrique requereu no INSS a concessão de benefício previdenciário denominado aposentadoria por tempo de contribuição. O INSS, ao analisar o requerimento formulado por Henrique, constatou que, apesar de comprovada a sua condição de segurado empregado, não houve, por parte do empregador de Henrique, o recolhimento das contribuições devidas, no período entre dezembro de 1989 e março de 1997. Nessa situação, com base na legislação vigente, os salários-de-contribuição correspondentes aos períodos em que não houve o recolhimento da contribuição previdenciária deverão ser computados para o cálculo do valor da renda mensal do benefício de Henrique.
- 197** Fernanda, em virtude do falecimento de seu marido, requereu, no INSS, benefício previdenciário denominado pensão por morte. Nessa situação, o valor da renda mensal do benefício de Fernanda será calculado com base no salário-de-benefício do *de cujus*, correspondente à média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.
- 198** Luciano, aposentado por tempo de contribuição, tem sua renda mensal no valor de um salário mínimo. Em maio de 2006, o governo federal reajustou o salário mínimo em 20% e, por intermédio de decreto do Poder Executivo, reajustou os benefícios mantidos pela previdência social em 7,93%. Nessa situação, o valor do benefício de Luciano será reajustado em 27,93%.
- 199** A pessoa jurídica Beta possui mais de 200 empregados. Renato, após ter concluído processo de reabilitação profissional, realizado pelo INSS, foi contratado pela pessoa jurídica Beta, por prazo indeterminado, para exercer a função de ascensorista. Após 6 meses de trabalho, Renato foi demitido, sem justa causa. Nessa situação, a demissão de Renato somente será considerada válida se precedida da contratação de um substituto que também tenha concluído processo de reabilitação profissional.
- 200** Fábio é proprietário de pequena gleba rural, onde reside e cultiva café e soja. Para o exercício dessa atividade, Fábio contratou Felipe, para o qual paga valor correspondente ao salário mínimo. Nessa situação, com base na legislação previdenciária de regência, Fábio é contribuinte obrigatório por sua condição de empregador rural, e facultativo por ser também contribuinte individual.

